

VIEIRA PINTO, O FILÓSOFO DAS MASSAS

*Lincoln de Abreu Penna **

Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional; a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa; o processo do desenvolvimento é função da consciência das massas; a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas.

(Vieira Pinto)

1. Considerações Iniciais

Há cerca de quinze anos escrevi um artigo sobre o professor e filósofo Álvaro Vieira Pinto, que foi publicado numa revista de circulação interna do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, o NEPH, vinculado à área de História do Brasil do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo, naquela oportunidade, era o de produzir um inventário memorialístico constituído de figuras que tinham marcado suas passagens na história da então Universidade do Brasil.

Passado esse tempo retomei num projeto a mesma idéia, só que agora mais ampliada na medida em que inclui nomes destacados da intelectualidade brasileira de meados das décadas de 1950 até meados da década de 1960, anteriores ao golpe de 64. Neste novo projeto, a finalidade é de reunir os intelectuais orgânicos e os inorgânicos, que participaram intensamente do debate nacional travado naqueles anos que antecederam a ruptura política e institucional no Brasil, particularmente em torno das polêmicas que se sucederam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e dentre eles o nome de Vieira Pinto se sobressaiu.

Ao voltar a ler o que escrevera nos anos 90 do século próximo passado, pude verificar que basicamente as idéias permanecem inalteráveis, seja do ponto de vista da avaliação que fizera da obra do filósofo Vieira Pinto, ou das que emiti sobre os tempos em que o referido autor elaborou seus escritos. Em razão disso, mantive praticamente sem alterações o texto mencionado no início sobre o filósofo do ISEB e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF). Acrescentei e atualizei umas poucas coisas, mas no essencial nada de substancial foi modificado.

Dessa maneira, as linhas que seguem são originalmente as mesmas ou quase as mesmas do texto original. O mesmo acontecendo com as referências citadas no corpo deste texto, bem como as alusões aos diálogos ocorridos nos tempos em que se passou a conjuntura pré-golpe. Da mesma forma, a avaliação desenvolvida acerca da geração que propiciou esse rico intercâmbio de idéias permanece intocável agora que relanço o tema, não mais centrado exclusivamente em Vieira Pinto, não obstante ele ainda ocupe um lugar de destaque nas linhas que aqui acrescentei para efeito de dar seqüência ao novo projeto, no qual ele integra-se como figura irmanada a outros seus contemporâneos.

Os primeiros estudos de sistematização sobre cultura brasileira datam da época em que a geração de Vieira Pinto e seus coetâneos intérpretes de brasilidade iniciaram suas reflexões. Um desses estudos pioneiros foi o de Ivan Lins, com o seu alentado livro *A Cultura Brasileira, Nele*, o autor incluiu os mais variados traços e aspectos desse diversos e quase inesgotável campo da cultura. Até hoje, passado mais de meio século, trata-se de leitura de referência posto que nessa obra monumental se encontra um conjunto de informações a respeito de manifestações artísticas, arquitetônicas, artesanais, folclóricas, educacionais, científicas e tecnológicas, ao lado de elementos tão distintos quanto os de engenharia e de literatura, para apontar-se os que mereceram mais espaço na publicação das edições Melhoramentos.

Mais adiante, em 1971, Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Atayde) lançou o seu conciso livro *Evolução Intelectual do Brasil*¹. A concisão não significou restrição. Ao contrário, o termo fez jus exatamente ao seu significado. Pequeno mas denso, o autor centrou suas análises sobre um dos aspectos culturais, que é indiscutivelmente a produção intelectual. E neste sentido, foi também pioneiro, juntamente com o trabalho de Nelson Werneck Sodré, igualmente dedicado a resumir de forma precisa uma pequena história cultural² da qual foi analista atento e protagonista, a exemplo, por sinal, de Amoroso Lima.

Com o lançamento do livro *História Intelectual do Brasil*, de Wilson Martins, cronista e estudioso da literatura brasileira, o tema ganharia definitivamente um campo de estudo e pesquisa que se tornaria permanente e crescente, sobretudo na área acadêmica, beneficiada pela expansão dos cursos de mestrado e doutorado nas diversas instituições de ensino superior. E em paralelo a esse novo e mais

¹ Alceu Amoroso Lima. *Evolução Intelectual do Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971;

² Nelson Werneck Sodré. *Pequena história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971;

atualizado livro acerca dessa matéria, os meios universitários passariam a definir diretrizes e temáticas mais interessantes, com o concurso de seus profissionais, tais como o literato Alfredo Bosi, da Universidade de São Paulo (USP), que com o seu livro *Dialética da Colonização* fez avançar as reflexões sobre cultura, literatura e história.

No que se refere mais especificamente à historiografia, o trabalho de Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão*³, abriu uma perspectiva de investigação tomando por base as questões e manifestações culturais e intelectuais. Portanto, não se pode dizer tratar-se de um campo pouco explorado, mesmo identificando tão somente alguns dos autores que estamos a mencionar como pioneiros. Mas esse pioneirismo espalhou exemplos, modelos e pistas de estudos, hoje em dia bastante animadoras para as novas gerações de estudantes e pesquisadores.

2. A geração Isebiana

Álvaro Vieira Pinto pertenceu à geração de intelectuais participantes entre as décadas de 1950 e 1960, geração profundamente comprometida com os destinos do país. Transitou do integralismo ao marxismo, de forte teor hegeliano, como aconteceu com alguns de seus contemporâneos. De sólida formação filosófica, não tardou em descobrir os encantos das Ciências Sociais, tornando-se um de seus mais constantes estudiosos, sem deixar de ser jamais e, sobretudo um filósofo a serviço de seu tempo e dos desafios que este impunha à nação e ao seu povo. E dessa aproximação com os cientistas sociais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, Vieira Pinto ganhou a desenvoltura que o tornou um dos mais destacados quadros acadêmicos da então Universidade do Brasil.

O propósito deste ensaio consiste em examinar o período no qual afloraram as primeiras idéias de Vieira Pinto, situando-as no contexto marcado pela intervenção dos intelectuais na política, bem como refletir sobre as relações entre a Filosofia e a História. Partiu-se do pressuposto de que a obra deixada pelo filósofo incluiu-se – ainda que de forma heterodoxa – na historiografia brasileira, através de reflexões produzidas com base na observação interessada do processo histórico brasileiro, do qual foi ele um dos seus protagonistas no campo das idéias.

³ Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: brasiliense. 1983;

Mais do que detentor de um ideário original, Vieira Pinto introduziu uma perspectiva inovadora em seus ensaios. Exerceu sua capacidade de pensar os problemas nacionais à luz tão somente de um referencial próprio, atitude esta que atribui à necessidade de “indigenizar” todas as influências teóricas e doutrinárias. Trata-se, sem dúvida, de uma postura discutível, porém extremamente ousada e perigosa, de vez que ignorou a importância do conhecimento acumulado, que não pode conhecer fronteira de qualquer ordem, dele fazendo tábua rasa.

É possível que esse excessivo apego às matrizes nacionais tenha sido decorrente da influência do integralismo. O fato é que esse envolvimento com as questões nacionais o coloca como o pensador mais autêntico de uma época em que os desejos, por vezes, sobrepujam-se à realidade, numa demonstração eloqüente da busca de saídas para os impasses nacionais. E é evidente que tais arroubos frequentemente expunham à crítica essas proposições, sujeitas aos reparos inevitáveis das contradições e (ou) generalizações que estavam contidas em suas formulações generosas e ingênuas.

O legado deixado por Vieira Pinto é rico por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque se é possível reconhecer uma concepção criativa, que se estendeu durante os anos de 1950 e meados dos anos 60, ela teve nele seu interlocutor mais despojado e expressivo; e, em segundo lugar, em função do exemplo fornecido por um “scholar”, que possibilitou o encontro entre a Universidade e a intelectualidade não acadêmica, através de um diálogo dos mais instigantes. A este, emprestou seu talento e os argumentos de autoridade para elevá-lo ao nível do mais alto credenciamento. E isso só se tornou possível em virtude da ação operosa, diligente, do então professor catedrático de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, que fez de sua cátedra um instrumento de utilidade pública, de efetiva atividade pedagógica e, finalmente, de grande contribuição para a elevação do exercício crítico da cidadania democrática brasileira.

Figura das mais destacadas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ao qual se dedicou com entusiasmo foi, como muitos de seus colaboradores, atingido pela repressão política e institucional desencadeada com o golpe de 1964. Exilado inicialmente em Belgrado, na antiga Iugoslávia, e depois em Santiago do Chile, Vieira Pinto não deixou de escrever. No exílio produziu, em 1967 e editou dois anos depois, o alentado trabalho *Ciência e Existência*⁴,

⁴ Álvaro Vieira Pinto. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

retomando suas origens filosóficas, mas mantendo os mesmos compromissos com os destinos dos países e dos povos do Terceiro Mundo, conceito muito em voga na ocasião e adotado para designar um conjunto de nações dispostas a lutarem pela suas soberanias nacionais.

Faleceu sem ter tido o reconhecimento de seus pares, amargurado menos por isto do que pela impossibilidade de pôr em prática, no Brasil, os projetos que julgava capazes de equacionar os grandes problemas nacionais. Este ensaio se volta mais do que por um resgate histórico de uma época, pela recuperação de um intelectual devotado à causa da emancipação brasileira, sendo por isso mesmo um tributo às suas idéias, independente de concordar-se ou não com elas. O que importa, de fato, é a sua ação junto à sociedade civil e o exemplo de um fecundo exercício no campo das idéias ocorrido antes da implantação do império das trevas, que se seguiu à queda do presidente João Goulart.

Para a preparação deste ensaio me vali de seus trabalhos editados pelo ISEB, *Ideologia e Desenvolvimento*, de 1959, e *Consciência e Realidade Nacional*, de 1960. Além destes, essenciais para a compreensão de seu pensamento filosófico e político foi-me útil à leitura do texto *Por Que os Ricos Não Fazem Greve?*, publicado pela Coleção "Cadernos do Povo" da Editora Civilização Brasileira, em 1962.

Apoiei-me também em alguns autores que direta ou indiretamente focalizaram a trajetória intelectual e a obra de Vieira Pinto. No primeiro grupo encontra-se o estudo que revela o filósofo político ambientado naqueles momentos decisivos que o Brasil passava pouco antes do golpe.⁵ No que se referem aos lançamentos que indiretamente fazem menção ao filósofo ou discutem suas idéias, registre-se a contribuição de Caio Navarro de Toledo, cujo livro *ISEB: Fábrica de ideologias*, da Ática, publicado em 1977, constitui referência sobre o pensamento isebiano, e nele a presença de Vieira Pinto é bastante ressaltada, em face – dentre outras razões – dos embates que não escaparam à análise do autor ao inventariar a história deste órgão.

Ainda na perspectiva acima mencionada utilizou-se o trabalho de Daniel Pécault, *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, da Ática, editado no ano de 1990. Tendo como objeto o papel dos intelectuais ao longo do processo que se estende da década de 1920 aos anos posteriores à instalação do regime autoritário de 1964,

⁵ Jorge Roux. *Álvaro Vieira Pinto: Nacionalismo e Terceiro Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

Pécault deteve-se no estudo do período de 1954 a 1964, década de fundamental importância para a compreensão do golpe de 64. Ao examinar as propostas partilhadas pelos ideólogos da época, seja os que se encontravam engajados no ISEB ou aqueles que iniciavam uma trajetória intelectual através dos CPCs, núcleos onde atuaram intensamente os comunistas, o autor sistematiza importantes situações e alinhava um conjunto de questões postas em debate na ocasião. E foi precisamente nesses anos que Vieira Pinto assumiu uma destacada influência nos debates da *intelligentzia* brasileira, tendo, em paralelo, ele própria também se politizado.

3. O tempo de Vieira Pinto

Os anos de 1950 revelaram o quanto a sociedade brasileira encontrava-se descompassada em relação ao enfrentamento dos desafios impostos ao mundo renascido no pós-guerra. A constatação de que havia uma enorme defasagem entre os países integrantes da nova ordem internacional, fruto de notáveis e profundas desigualdades econômicas e sociais, apontava para o conjunto das nações que se encontravam aquém dos níveis de desenvolvimento uma tarefa inadiável: o crescimento econômico com justiça social. Essa percepção não demorou muito e chegou à geração que amadurecia nos meios intelectuais do país, e para esta geração a primeira tarefa seria a de repassar ao nível de uma revisão crítica o processo histórico brasileiro.

Sabia-se que as iniciativas do Estado brasileiro durante as décadas de 30 e 40 não chegaram a lograr resultados satisfatórios para os que julgavam que o contencioso a ser superado exigia transformações de cunho mais radical. Os primórdios da década de cinquenta trouxeram algumas expectativas, Reassumira o poder o ex-ditador Getúlio Vargas, consagrado nas urnas e disposto a lançar o Estado num projeto destinado a alavancar o desenvolvimento nacional, expressão esta que se tornaria recorrente nos discursos políticos das diversas forças sociais comprometidas à época com mudanças visando à incorporação de contingentes sociais ainda à margem dos benefícios do progresso material que o país alcançara.

O presidente eleito procurou dotar seu governo de uma base política e partidária capaz de garantir a necessária estabilidade para a execução de seu programa. Para tanto, não deixou de lado nem os integrantes da União Democrática Nacional (UDN), legenda criada na época do Estado Novo e que se

constituiu na principal força político-partidária contra Vargas, e que estimulou uma oposição cerrada contra o agora presidente eleito. O objetivo de Vargas era o de estabelecer uma base aliada ampla de modo a sustentar um projeto nacional de grande porte, algo como uma nova união nacional. E neste seu propósito deixou o seu próprio partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com um único ministério, o do Trabalho, entregue ao então jovem político João Goulart, o Jango, mais tarde vice-presidente por duas vezes e presidente em exercício após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Todavia, o cenário internacional era pouco favorável às iniciativas que não contavam com o respaldo das grandes potências mergulhadas, aquela altura, na Guerra Fria. Assim, as tentativas de implantação de políticas de Estado auto-sustentáveis nos territórios sujeitos a influências dos EUA, invariavelmente provocaram pressões em nome da preservação do "mundo livre", como se tais iniciativas pudessem levar inexoravelmente esses países para os braços do comunismo internacional. Neste contexto ainda mais aguçado pelas repercussões da guerra da Coreia (1950/1953), suicidaria o presidente Vargas no dia 24 de agosto de 1954.

As implicações do desfecho trágico que subtraiu do panorama político brasileiro uma de suas mais expressivas lideranças trouxe o acirramento entre as facções políticas, partidárias e ideológicas. Viviam-se esses tempos de embates a opor convicções, tendências e atitudes no mais das vezes exaltadas quando não radicalizadas em seus projetos. Com isso, a presença dos intelectuais ficou mais acentuadamente em destaque, em meio a uma crise institucional das mais complexas, já que do próprio governo cujo titular suicidara-se haviam grupos dispostos a enfileirarem-se em torno de conspiradores e golpistas, ou quando muito tendo comportamento passivo como o do vice presidente João Café Filho, durante os momentos tensos que separaram a morte de Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek.

Aliás, o curto governo de Café Filho, de agosto a novembro de 1954, pouco fez no sentido de dar continuidade à política orientada até então por Vargas, salvo formalizar a criação do ISEB, cuja definição estratégica fora concebida antes pelo presidente morto e adotada, com todas as ambigüidades por parte do novo governo de Kubitschek. Este mesmo presidente que herdaria os resultados da belíssima campanha O Petróleo é Nosso! desencadeada desde 1947 e que culminou com a criação da Petrobrás, em 3 de outubro de 1953.

Com relação ao ISEB, o recém criado órgão destinado a formalização de um projeto nacional auto sustentado, como era previsto por seus fundadores, passaria a se ocupar basicamente da política desenvolvimentista. Em seus primeiros momentos de existência, começou a aglutinar as inteligências nacionais de diferentes formações e procedências, a ponto de se constituir no espaço gerador das principais correntes de opinião, dedicadas aos estudos da realidade brasileira. Um órgão, enfim, encarregado de difundir uma ideologia desenvolvimentista.

Para Caio Toledo, "a expressão *Ideologia do Desenvolvimento* nunca apareceu nos estatutos e regulamentos gerais do ISEB, em compensação ela se constituiu praticamente no emblema e na " palavra de ordem " da instituição, estando presente explicitamente na quase totalidade de suas publicações e em todas as suas definições de ordem programáticas."⁶ E não poderia ser diferente, pois o estigma do sub-desenvolvimento calou fundo junto às elites dirigentes, o mesmo acontecendo na esfera intelectual, independentemente de suas vinculações políticas. Em razão da preeminência dessa lógica desenvolvimentista, já em 1953 era criado o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), cuja figura de relevo foi Anísio Teixeira. Incentivador de seminários conveniados com a CAPES, viria a tomar parte do ISEB, nomeado que fora seu curador. A propósito, data desse momento seu contato com Vieira Pinto.

Em ambos, Anísio e Álvaro, está presente a convicção segundo a qual a Educação ocupa um lugar não desprezível no processo de desenvolvimento material e espiritual da nação brasileira, bem como a ela deve corresponder tarefa específica em direção da soberania nacional. "Entretanto, se Vieira Pinto reivindicou o protagonismo das massas no processo, Anísio, em direção oposta, compôs o elogio do papel das elites condutoras e não deixou de anotar o papel transformador das classes médias".⁷ Na verdade, não chegou a existir uma divergência tão antagônica assim. Partidário da elevação da consciência popular, tanto Anísio quanto Vieira Pinto, enfatizaram formas de se alcançar este patamar indispensável ao salto qualitativo do povo.

O educador Anísio e o filósofo Vieira Pinto sustentavam projetos voltados para uma sociedade moderna e progressista. E os dois acreditavam na capacidade

⁶ TOLE

DO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977, p. 32.

⁷ Freitas, Marcos Cezar de. "Brasil 1954-1964: sugestões de roteiro a partir da *História das Idéias Educacionais* (Anísio e Vieira Pinto)" in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, nº 27, p. 177.

engenhosa dos brasileiros. O próprio Vieira Pinto não excluía o papel diligente de certos indivíduos, mesmo ressaltando a importância das massas em qualquer processo transformador. E este papel que creditava aos indivíduos tinha, por isso mesmo, suas ressalvas, como assinalava:

Na proporção em que neles se personifica a consciência obscura ou pouco esclarecida do povo, são eles próprios um dado de realidade social e, como tal, exibem-se em espetáculo ao povo, que só assim terá oportunidade de reconhecer o grau que atinge a sua consciência e superá-lo.⁸

Esse retrato ou auto-retrato do brasileiro desde que percebido através de uma perspectiva auto crítica criaria um conduto capaz de libertá-lo. Mas essa percepção não se faria individualmente, mas coletivamente, daí a importância que atribuía as massas. Ou seja, a força da vontade geral a comungar desejos comuns tornaria cada um de seus participantes elos de uma cadeia que os empurrariam ao destino libertário. Este sentido, sem dúvida, foi em muito estimulado pelo momento correspondente ao período presidencial de JK, a segunda metade dos anos 50. Crescia de forma contagiante a quantidade de encontros, debates e fóruns não institucionalizados, mas embalados pelos ventos do desenvolvimentismo.

Os caminhos perseguidos pelo governo poderiam ser diferentes, e o eram em função da composição de forças nele instalada, tendencialmente conservadora, mas o espírito inovador de se pensar em saídas, ainda que limitadas, inspiravam a todas as forças sociais e políticas. A despeito das diferenças de enfoque havia um sentimento a impulsionar o desenvolvimento nacional. Tal sentimento foi percebido por Vieira Pinto, quando sintetizou em certo instante, que "(O) processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só".⁹

Essa sentença traduzia a certeza impregnada à época segundo a qual um punhado de brasileiros mercê de seu descortino da realidade detinha a fórmula justa e eficaz para superar o atraso que passava o país. Neste sentido, eram portadores da vontade geral da nação como um todo, imbuída dessa determinação e, como tais, responsáveis pelo seu destino. No caso de Vieira Pinto, a originalidade estava em deslocar o vetor dessas transformações para as massas, o verdadeiro poder popular, daí sua insistência em consagrar essa temática com base na

⁸ Pécault, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 123.

⁹ Vieira Pinto, Álvaro. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959, p. 44.

participação decisiva das massas dotando esta compreensão como epicentro do processo em curso.

Dessa maneira, o Brasil que todos imaginavam ser viável transparecia em várias manifestações culturais, artísticas e científicas, não obstante se representarem ainda isoladamente desprovidas de projetos a impulsionar suas atividades. As realizações de brasileiros nesses diferentes campos eram objeto de afirmação da nacionalidade, demonstração inequívoca do talento e da capacidade de nossa gente. A esperança de dias melhores mobilizava jovens, adultos, homens e mulheres de distintos segmentos sociais, irmanados em torno de ideários libertários, conquanto vagos e nem sempre definidos no âmbito da malta criativa a se expressar com beleza e poesia.

Nesse cenário que apontava para um futuro promissor, não era estranho que nos círculos de um Brasil letrado surgissem frequentemente proclamações em prol da "emancipação nacional", ou das "reformas radicais das nossas estruturas obsoletas". Esses termos não saíam da boca ou da pena somente de revolucionários profissionais, como os comunistas, ou de esquerdistas voluntariosos, mas de nomes do porte de um San Tiago Dantas e de um Celso Furtado, que a despeito das afinidades com as correntes de esquerda, eram respeitados como liberais pelo brilho de suas inteligências e, sobretudo, pelo equilíbrio que, ainda assim, revelavam na condução dos diagnósticos dos problemas nacionais.

Referiam-se as perspectivas revolucionárias para o país, frente às dificuldades de conjurar os obstáculos que se interpunham na marcha do processo social. Acreditavam num desfecho bem sucedido de algo que lhes parecia inevitável, mas não descartavam o recurso revolucionário pautado em princípios de um aprofundamento da democracia e não em sua supressão à guisa de quaisquer medidas necessárias à execução das tarefas históricas de uma sociedade tão necessitada de um arranco na direção de um futuro realmente livre e soberano.

Porém, a organicidade desse processo identificado por uma grande parcela dos estudiosos de Brasil, e traduzido por Vieira Pinto como um processo a ser dirigido pelas massas, provocou uma reviravolta na orientação política dos comunistas. Não tanto pelo impacto de suas avaliações e das proposições que apresentava para as forças de esquerda, mas porque também o PCB tinha sido tragado pelo processo de imersão na realidade brasileira. A mudança que os

comunistas conheceram com a Declaração de Março de 1958, muito embora possa ser, em parte, atribuída aos resultados do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, ocorrido dois anos antes, não se pode ignorar a influência do quadro nacional.¹⁰

Nessa Declaração, os comunistas brasileiros reconhecem a importância e a necessidade de se inteirarem e se imiscuírem na vida política do país, atitude essencial para exercerem influência nos destinos do país, bem como contribuir para esclarecer os nós que emperravam o desenvolvimento tanto almejado. A *Nova Política*, assim chamada exatamente para deixar claro o intuito de abandonarem o velho e surrado proselitismo e se engajarem nos embates políticos nacionais, trazia uma convicção: a de que a chamada *burguesia nacional*, ou seja, o setor da burguesia que manifestava objetivamente oposição aos interesses imperialistas. Assim, ela seria definitivamente considerada uma aliada no projeto da revolução democrática burguesa, cuja etapa desta revolução a ela, burguesia com compromissos nacionais, pertencia. Muito embora, com a indispensável participação do proletariado, interessado no cumprimento desta etapa com vista à revolução socialista mais adiante.

Nessa conjuntura que se estende de 1958 a 1964, Vieira Pinto projeta-se como o intérprete mais respeitado do ISEB. O prestígio que alcançara derivava não somente da rica erudição exibida em contato com os seus interlocutores, mas pela independência política e ideológica, numa época em que o engajamento político e partidário era comum entre os homens e mulheres de idéias. Ao contrário dessa tendência, Vieira Pinto procurou refletir sobre o significado das tarefas impostas pelo desenvolvimento. Assumiu, sem hesitar, a conjugação dos fundamentos ideológicos com os mecanismos reclamados pelo processo desenvolvimentista. Entrava em pauta, a ideologia do desenvolvimento.

A ênfase que se dava ao componente ideológico refletia esse momento histórico pleno de acontecimentos relevantes, para os que acreditavam em mudanças substanciais no panorama do Terceiro Mundo. Este conjunto de países, quase todos de passado colonial e tendo à frente de seus governos grupos progressistas se empenhavam em unificar suas demandas numa época fortemente polarizada entre os blocos dos capitalistas sob a liderança norte americana, de um lado, e o bloco soviético, de outro. E essa decisão política de unidade na

¹⁰ PCB: Vinte anos de política, 1958/1979 (documentos). São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

diversidade de nações latino americanas, africanas e asiáticas, provocava grande insatisfação junto aos blocos hegemônicos.

No continente americano, a Revolução Cubana de 1959 exercia o fascínio pelas soluções que punham o povo como ator político não só relevante como decisivo na construção de uma outra ordenação política e institucional. Na África estava em marcha o processo de descolonização, seja pela via da negociação política e diplomática, ou pela via da libertação nacional, geralmente conduzida através de propostas de rompimento radical com as metrópoles colonialistas. E no Sudeste asiática, por fim, a antiga Indochina francesa enfrentava, no território vietnamita, a hostilidade armada do poderio do exército dos EUA, com os seus soldados equipados até os dentes, os *marines*, numa guerra de agressão diante da heróica resistência do povo daquele país contra a política de recolonização promovida pelo imperialismo ianque.

Além desse cenário de conflitos produzidos pelo desmonte dos antigos impérios coloniais, de modo a fazer surgir várias nacionalidades independentes nos três continentes vítimas do colonialismo clássico e, posteriormente, do imperialismo anglo americano, assistia-se, no plano cultural, inúmeras evidências de uma emergência das manifestações culturais de cunho popular. No Brasil, em especial, a *Bossa Nova*, na música, estreitava seus laços com o Brasil otimista e alegre por natureza. O *Cinema Novo* exibia, por fim, o país real pleno de contradições e sofrido em face da perpetuação dos mecanismos de exploração, sobretudo no campo. E o esporte, com o futebol à frente, proporcionava a elevação da auto estima do brasileiro, campeão do mundo. Aliás, bicampeão do mundo (1958 e 1962)

A adoção da Política Externa Independente pelo governo Jânio Quadros, conduzida pelo chanceler Afonso Arinos de Mello Franco, veio ao encontro das expectativas dos ideólogos do desenvolvimento, a despeito da desconfiança das forças progressistas quanto as intenções do presidente. Afinal, essa atitude reativa, num primeiro momento, tinha alguma razão de ser, em virtude do caráter estruturalmente conservador do governo de base udenista. Mas, essa política se coadunava perfeitamente com o ambiente de uma situação internacional, que não deixava muitas margens mesmo a políticos de países terceiro mundistas naquela ocasião.

Jânio reproduzia no executivo a ambigüidade de um político cuja trajetória fora marcada por atitudes demagógicas e moralizadoras, e por isso a coerência nunca tinha sido o seu forte. O exemplo mais eloqüente desse traço de personalidade encontrava-se na simultaneidade de uma política econômica e financeira ortodoxa, e da orientação que imprimira à sua política externa. Tentava neste último campo ombrear-se com líderes carismáticos a conduzir seus países para um efetivo papel preponderante no cenário internacional, sem abrir mão de suas raízes conservadoras e, principalmente dos compromissos das forças que o haviam sustentado política e eleitoralmente.

Com a renúncia de Jânio instalava-se uma nova crise político-institucional, superada pela habilidade de alguns nomes representativos do que se poderia designar de centro democrático, tais como San Tiago Dantas e Tancredo Neves. Contudo, as soluções negociadas foram pouco a pouco dando lugar ao ímpeto avassalador da radicalização reformista, diante de um presidente recém empossado, João Goulart, cada vez mais isolado. Seus mais próximos colaboradores eram homens da confiança presidencial, mas os assessores, principalmente militares, não comungavam com o mesmo entusiasmo a política de Jango.

O desprezo pelo papel do congresso tido, então, pelos defensores das reformas de base como inoperante e comprometido com as correntes reacionárias, era completada pela excessiva exposição das forças armadas nos confrontos políticos e ideológicos. Com isso, arranhavam-se os princípios da disciplina e do acatamento à hierarquia, preceitos profundamente arraigados na caserna. Produzia-se, assim, um progressivo estreitamento da base social e política do governo Jango, e sua conseqüência, o fortalecimento das pregações golpistas. Cresciam as articulações golpistas a envolver civis e militares, convencidos de que o governo encontrava-se prisioneiro dos grupos radicais de esquerda. O desfecho do golpe causou enorme retrocesso para a sociedade brasileira, sobretudo no plano das liberdades democráticas.

O inventário dessa época está contido em parte substancial nos textos de Vieira Pinto. Em suas linhas estão presentes não apenas a reflexão crítica e criativa do filósofo que soube combinar a cátedra universitária com a militância intelectual engajada em seu tempo e para o seu tempo. Mais do que isso, nas entrelinhas sobressaem a pena do ensaísta e do cronista social, de modo a permitir ao leitor atento o descortinar de veredas caminhadas ou não concluídas de um país que

sonhava em ser não apenas grande e respeitado, mas feliz. Esse compromisso camuflado pelo rigor do acadêmico está presente em sua obra, como se verá adiante.

4. As Massas e a Consciência Nacional

Vieira Pinto interagiu de tal maneira com o seu tempo que produziu um dos mais exuberantes fenômenos de reciclagem política, doutrinária e filosófica. Se não foi o mais conseqüente defensor de uma dada concepção político e ideológica do desenvolvimento, nem o mais influente pensador das esquerdas intelectuais, seguramente foi o mais crédulo dos tempos novos, que se supunha para breve. Diante do panorama que se descortinava no mundo sacudido pela emergência dos povos e nações que se constituíam sobre os escombros da pesada herança colonial, manifestava suas convicções.

De agora em diante não é só o centro dominante que guarda a prerrogativa de exprimir o universal; a consciência periférica arroga-se esse mesmo direito e apressa-se a exercê-lo.¹¹

A relação centro *versus* periferia era percebida por Vieira Pinto a partir de uma abordagem que se circunscrevia aos mecanismos da alienação. Uma vez despertada a consciência popular estariam dadas as condições para que emergisse a energia que possuiria a faculdade de desalojar a hegemonia dos poderosos do concerto mundial. Impulso carregado de força capaz de remover todo e qualquer obstáculo que se interpusesse à vontade geral de um povo determinado a fazer valer suas conquistas. Assim, a realidade se conjugaria com a subjetividade num processo irresistível. Em outras palavras, chegara a hora da periferia fazer história.

O grande problema dessa lógica consistia na subordinação dos processos históricos a essa capacidade de dotar de energia as nações postas de lado no plano das relações internacionais. Ao relativizar o peso do passado colonial, dessa história de vida dos povos, Vieira Pinto acabava por reduzir ao nível do individual o complexo processo de emancipação nacional. "A nação subdesenvolvida", dizia, "é, portanto, um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuído por outros". Resolvido o obstáculo alienante através de uma "consciência autêntica", era possível atingir "uma nova fase histórica"¹²

¹¹ VIERIA PINTO, Álvaro. Consciência e Realidade Nacional. Rio de Janeiro: ISEB, vol. II, 6, p. .384.

¹² Id. Ibid. Op. cit. Vol. I, pp. 63 a 97.

Essa preocupação do filósofo era compartilhada por todos aqueles que aguardavam a aurora dos novos tempos. É significativa a abertura de um ensaio de autoria da historiadora Maria Yedda Leite Linhares a propósito dessas inquietações à época. Ela também catedrática da Faculdade Nacional de Filosofia e colega de Vieira Pinto nesta importante unidade da Universidade do Brasil. Dizia ela:

Existe uma preocupação da parte de brasileiros em conhecer, entender e explicar o Brasil. Toda a vida política e intelectual do país gira, hoje, em torno de problemas brasileiros e indaga-se, com impaciência, sobre a maneira de solucioná-lo, tendo em vista sua colocação em termos de causalidade histórica.¹³

Os métodos para a superação desses problemas eram distintos. Havia os que criam na organização de um estado maior das classes trabalhadoras, formulação cara aos comunistas a sustentarem a necessidade de uma vanguarda do proletariado, fiéis aos ensinamentos de Lênin; os que agiam em nome de mandato popular, convictos estavam de que o problema residia na ausência de uma direção disposta a canalizar as demandas das desassistidas classes subalternas, reticentes aos modelos encomendados de revolução. E, até, os que entendiam que a questão resumia-se na capacidade de uma elite ilustrada e consciente de seu papel histórico. Eram interlocuções a envolver uma geração de intelectuais convencidos da importância de um engajamento numa realidade que se deslumbrava como mutante ou sujeita a mudanças.

Vieira Pinto, a rigor, não se filiava nem orgânica nem doutrinariamente a nenhuma dessas convicções, embora ele não se opusesse frontalmente as suas proposições, uma vez que qualquer uma delas culminaria no leito comum das mudanças substantivas por ele também acalentadas. Todavia, este objetivo só se viabilizaria de fato com o concurso das massas, segundo Vieira Pinto. Ao suplantarem os condicionamentos de classe e suas visões de mundo, bem como a operacionalidade maior ou menor de grupos disciplinados, as massas como protagonistas da história representariam de forma mais completa os anseios nacionais. Apesar de seu caráter heterogêneo, as massas possuiriam a capacidade de instaurar a verdadeira essência da política nacional, em virtude de

¹³ LINHARES, Maria Yedda Leite. "História e Presente" in *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, Ano II, jun./set. (4-5), 1963, p. 63.

contarem com uma densidade social e a sensibilidade cultivada ao longo de adversidades acumuladas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a propalada ideologia do desenvolvimento só tinha alguma significação se integrada ao movimento de emancipação das massas. As três teses que expõe em *Ideologia e Desenvolvimento* não deixam dúvidas quanto a essa associação entre o desenvolvimento necessário e a emancipação libertadora: (1) "a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massas"; (2) "o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas"; e, (3) "a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas".¹⁴ Este ser social, as massas, que adquire forma, expressão e nível de percepção coletiva em Vieira Pinto, é o que confere crédito, direção e razão de ser a todo e qualquer projeto de cunho nacional desenvolvimentista.

Frisava em sua aula inaugural dos cursos do ISEB, no ano de 1959, que a ausência de uma reflexão filosófica contribuiu consideravelmente para que o Brasil, da mesma forma que os países de passado colonial, não tivessem condições de produzir um projeto nacional. Associava a filosofia à criação de ideologias voltadas para a superação da dependência colonial e neocolonial, mas advertia, como traço original de seu raciocínio, que a relação dialética entre a progressiva elevação das condições de vida das massas as tornaria agentes capazes de dirigir o processo de desenvolvimento dando-lhe a direção e o destino.

Logo, e ainda de acordo com o filósofo das massas, o verdadeiro processo histórico estaria internalizado no seio das massas, cabendo aos dirigentes do país despertá-las para que à elas fossem entregues as rédeas condutoras da afirmação de nossa nacionalidade. Não se trataria de um expediente populista, ou tampouco de uma parceria oportunista para simples desfrute do poder político de elites dirigentes, mas a entrega dos destinos da nação aos seus legítimos representantes, o povo. Como ressalta Toledo, "(A) `consciência das massas` é sempre verdadeira porque representa os autênticos interesses da única *totalidade* que realmente nos diz respeito – a nação"¹⁵Com efeito, as massas guardariam uma peculiar característica: elas constituiriam em si a unidade da nação, estando em condições de fazer coincidir o interesse geral com o desenvolvimento nacional.

¹⁴ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, op. Cit. Pp. 34 a 38.

¹⁵ TOLEDO, Caio de Navarro. Op.cit. p. 108.

Como a maioria dos ideólogos do desenvolvimento, integrantes das formulações isebianas, Vieira Pinto reconhecia, como contradição principal, a oposição Nação *versus* Antinação, pois, conforme afirmara, “a ideologia é fator que determina o desenvolvimento nacional”.¹⁶ De acordo com essa lógica, o país se dividia entre os que se identificavam com a afirmação nacional e os que a combatiam em nome da manutenção de uma situação de dependência estrutural que lhes convinha. Este esquema maniqueísta cumpria uma função histórica na trama polarizada que antecedeu a ruptura de 64. A nação como construção ideológica tinha como objetivo desqualificar os adversários políticos, no entanto o espaço próprio às negociações, próprio às democracias bem ajustadas, inexistia como possibilidade factível.

Ademais, cabe aos ideólogos, em particular, e aos homens de idéias, em geral, fomentar o debate em torno de questões que interessem à sociedade como um todo, independente do conteúdo que elas exprimam. Foi em parte fundado nesta crença que Vieira Pinto integrou-se de corpo e alma na defesa de suas teses. Ele não somente as ratificaria em diversas ocasiões, como ele próprio manteve-se atento aos desdobramentos de uma conjuntura em agitada efervescência. Além do mais, acompanhava os movimentos sociais com suas bandeiras a agitarem o cenário político, capitaneados à época, quase exclusivamente pelos sindicatos vinculados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), núcleo de sustentação do movimento sindical em apoio às reformas de base, isto às vésperas do golpe.

Talvez por essa razão, ele não tenha tido a preocupação de dar respostas às inúmeras dúvidas suscitadas pela leitura de seus textos. É provável também que essas respostas não figurassem em suas preocupações, nem se coadunassem coerentemente com a essência de sua idéia-força, isto é, com a premissa de que competia às massas formular os caminhos da revolução brasileira, e não necessariamente a um intérprete. As eventuais interrogações existiam no seio de uma comunidade de destino, interessada nos rumos de um processo revolucionário que muitos consideravam em início de gestação, e era compreensível que em função disto um número considerável de pessoas se interessasse em estabelecer um diálogo mais freqüente com aqueles intelectuais e seus prognósticos para a vida nacional brasileira.

Muito embora o tema ou a questão da revolução estivesse, como se dizia, na ordem do dia, era conhecida a distância do filósofo em relação aos que

¹⁶ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*, op. Cit. P. 93.

vislumbravam uma etapa socialista para o Brasil como saída para seus impasses. Ele, Vieira Pinto, não compartilhava com tais proposições ou avaliações. Pelo menos em seus textos não há referência explícita à questão do socialismo, como não era tema constante de suas aulas e palestras, tanto na Universidade do Brasil quanto no ISEB. O vir-a-ser da nacionalidade era uma tarefa da qual participava como elemento indutor da tomada de consciência das massas, e nesta direção não poupou esforços, a despeito de desenvolver uma prática individualista, ou melhor, subjetivista, posto que centrado em sua imensa cultura filosófica e política. Esta atitude era, contudo, comum aos intelectuais inorgânicos. Os sem partido ou vínculos com entidades organizadas.

O distanciamento daquela realidade permite que se possa fazer hoje os reparos ao conjunto de sua obra, sem que isso a torne menor ou datada exclusivamente ao seu tempo e, portanto, de importância não tão significativa em nosso presente. Defensor e principal organizador das idéias do nacional desenvolvimentismo subordinado a ascensão das massas, como protagonistas fundamentais do processo político, Vieira Pinto cometeu os equívocos de uma intelectualidade voluntarista e ingênua ao mesmo tempo. O peso demasiado concedido aos fatores ideológicos obscureceu situações que o ímpeto reformador dessa geração ignorou, certos estavam de que as outras condicionantes do processo social se integrariam ao impulso generoso do esforço emancipador. E ele mesmo foi tomado por esse impulso ao por desejos sem examinar as condições de realização dos mesmos.

Mas não obstante as generalizações baseadas em convicções arraigadas sobre os diagnósticos apresentados, há méritos que não podem ser desconhecidos. Alguns deles merecem ser destacado. Em primeiro lugar, a geração da qual Vieira Pinto foi um de seus principais nomes, introduziu uma análise prospectiva até então ausente no universo dos que se propuseram a pensar a brasilidade. Em outras palavras, essa geração passou a pensar e propor alternativas para o futuro imediato do país, buscando, com isso, suplantar com êxito os obstáculos e desafios.

Assim, ao deixarem de lado o reiterado discurso sobre a herança colonial e o atraso estrutural, sem negá-los evidentemente, propuseram-se a enxergar as alternativas para a sua superação definitiva. Olhando para frente, buscaram empreender uma trajetória na qual o decisivo seria integrar-se à marcha do povo em direção a sua libertação. Se a escolha desta opção careceu de fundamentos que as tornassem viável, tal fato deve ser tributado a um tempo assinalado por certezas

nem sempre amparadas por estudos mais rigorosos acerca da realidade, e por isso mesmo, passível de várias alternativas que nos levariam para caminhos ou descaminhos, ambos perfeitamente possíveis, diante de tantos fatores deixados de lado.

A originalidade de Vieira Pinto não está em desfazer-se da fácil indução ao populismo teórico, aquele que atribui às massas o comando do movimento transformador, mas sob a égide de líderes vinculados à setores das elites dominantes, nem em propor caminhos para uma revolução brasileira totalmente inéditos. A originalidade está em ter sido, como intelectual comprometido com os agitados e nervosos dias de esperança, um cronista dos acontecimentos. Alguém que, mercê de sua erudição bacharelesca inegável, soube captar um determinado movimento daquela sociedade brasileira em fins dos anos cinqüenta e dotar o contingente popular de uma tarefa histórica, a revelia das elites e dos partidos, numa audaciosa e provocativa interpretação de nossa história em tempos de acontecer. O fato é que não se pode reavaliar os escritos e os fatos daqueles momentos que antecederam ao golpe de 64 sem ler e conhecer a obra de Vieira Pinto.

5. O Golpe do Legado

O golpe de 64 não produziu apenas uma mudança político-institucional. As implicações derivadas da violação constitucional implicaram na remoção do cenário político brasileiro de uma perspectiva programática cujo eixo era a crença na possibilidade do desenvolvimento conjugar-se com a emancipação do país. Ainda que imprecisa, em muitos dos seus aspectos, essa perspectiva existia e prosperava, a ponto de causar reações, tanto no plano interno quanto no externo.

A primeira preocupação dos novos governantes foi a de erradicar todo e qualquer resíduo que contivesse uma orientação calcada nos princípios orientadores das reformas de base, nos termos em que elas tinham sido propugnadas nos anos imediatamente anteriores ao advento do golpe. Mesmo que muitos dos dirigentes alçados ao poder tivessem clareza de que essa orientação encontrava-se submetida a uma condução vacilante e restrita aos grupos sociais mais engajados, era conveniente a eliminação de uma experiência que conseguira despertar a consciência de setores potencialmente capazes de levá-las às últimas conseqüências.

Logo, era indispensável evitar que possibilidades como esta, ainda que remotas, pusesse em cheque as estruturas de dominação que os novos ocupantes das instituições políticas tinham por compromisso defender, mesmo em nome da não menos ideológica idéia de democracia, sempre invocada para barrar pretensos atos de subversão comunista, no dizer dos donos do poder, agora títeres de seus reais chefes. Essa questão da restauração da ordem com vistas a “tranqüilidade da família brasileira”, tão apregoada que foi pelos ideólogos do regime civil e militar instalados no governo e em defesa do poder econômico e financeiro nacional e internacional, seria em pouco tempo desmascarada por força da ação independente de órgãos a serviço do regime, principalmente os que se ocuparam da repressão política no país. E esses organismos começaram sua ação desde os primeiros momentos do golpe.

A instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) visava acuar as lideranças e forças sociais e políticas organizadas, de modo a impedir atos de resistência aos golpistas, responsabilizando-s pelos supostos danos causados ao país. A essas lideranças foram atribuídos objetivos subversivos, quando na verdade quem subverteu a ordem pública foram precisamente os inquisidores a serviço do arbítrio instalado no poder. Essa inversão de valores atingiu todo o país, e privilegiou em uma fúria persecutória justamente as instituições e entidades formadoras de opinião. As universidades, os meios de comunicação e os núcleos fomentadores do debate de temas nacionais, como o ISEB de Vieira Pinto e seus companheiros.

O desaparecimento desses centros de produção e difusão de idéias, vítimas da repressão sistemática do Estado autoritário, provocou um vazio cujas conseqüências só mais tarde seriam sentidas. No lugar dos agitados debates que então se davam, surgiriam os tempos da desfigurada Escola Superior de Guerra (ESG), já aquela altura submetida aos caprichos e ao formalismo subserviente dos ideólogos oriundos, em boa parte, do inexpressivo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Vencida a batalha militar (nesta os contatos telefônicos foram mais eficazes do que o emprego de táticas de guerra, em função de conflitos que não ocorreram, como se esperava) e política, tornara-se inadiável atuar com decisão na batalha ideológica. Era preciso formar uma consciência favorável ao projeto de desenvolvimento, que acenava para uma rápida ascensão ao primeiro mundo, além de se revelar subsidiário de uma estratégia de isolamento.

As experiências originais ocorridas em sociedades emergentes demonstrariam o seu cunho excludente, já que produziu um elevado custo social com as feridas expostas de forma dramática até hoje, passadas quase meio século. Algumas dessas sociedades ainda alcunhadas de emergentes alcançaram níveis de crescimento verdadeiramente impressionantes, não obstante não terem resolvido questões básicas em diversos campos de atividade. Todavia, ombreiam-se no quesito do comércio internacional com as grandes economias do mundo capitalistas, sendo elas também sócias tardias desse âmbito para onde se reproduz o capital financeiro e especulativo. Trata-se de uma realidade que só reforça aquela política de meados do século vinte sustentada pela percepção aguda de intérpretes dessas sociedades que lutavam em busca de um desenvolvimento auto sustentado e independente. Isto é, que não basta crescer sem que se tenha um projeto efetivamente nacional e soberano.

Não há como negar que as estratégias utilizadas pelas forças políticas, que empolgaram o poder nesses territórios do então Terceiro Mundo, lograram um bem sucedido resultado em termos quantitativos. Suas economias prosperaram na lógica do capital e se espalharam alguns bocados de benesses para suas populações mais carentes, então desejosas tão somente de um lugar ao sol. Assim, à repressão juntou-se – no caso dos modelos de crescimento ungidos autoritariamente – a uma política de investimentos massivos em setores estruturais incluindo, é claro, os investimentos que foram aplicados nas áreas científicas e tecnológicas.

O resultado disso foi um considerável crescimento do volume de pesquisas em quase todas as áreas de conhecimento. No caso específico da História, despontou uma geração de historiadores impregnados da importância das fontes documentais, do incomparável valor dos acervos públicos e privados, e do uso de técnicas e métodos de investigação. Desse resultado movido por um esforço de se profissionalizar mais o exercício do historiador construiu-se pouco a pouco uma historiografia de forte consistência teórica e metodológica responsável pela revisão crítica do conhecimento e introduzindo novas sendas e elos na cadeia da nossa história nacional.

E esse salto qualitativo observado na produção de nossos estudos históricos em muito se deve a presença de uma geração de intelectuais, nos anos cinquenta e sessenta do século passado, que marcou de forma indelével a necessidade de projetos de transformação social. A acuidade no trato dos objetos de pesquisa por

parte das gerações posteriores, hoje contemporâneas àquelas que têm se esmerado mundo afora no trato da História, é outro legado dos intelectuais orgânicos e inorgânicos, todos, no entanto, interessados em desvelar os caminhos da emancipação nacional, intelectual, política, cultural e existencial, para só se mencionar as mais destacadas searas frente as quais se deve costurar a questão da identidade nacional, tão perseguida por aqueles, como Vieira Pinto, em momentos tormentosos que o país atravessou.

Se é fato, enfim, que houve um incremento indiscutível da pesquisa histórica, não se pode desconhecer que se perdeu no terreno do exercício especulativo e, sobretudo, no que se refere ao gosto pelas elucubrações conseqüentes, porque voltadas para a descoberta de pistas que nos levassem a desvendar os nossos nós górdios. A denominada *História Imediata*¹⁷ que se pratica presentemente, se de um lado trabalha com dados seguros e mensuráveis, com certa confiabilidade, portanto, não conta necessariamente com o brilho que as variáveis das conjunturas oferecem. Em outras palavras, costuma tomar a realidade concreta e viva como um quadro acabado sem que seus autores, em geral, busque a presença de elementos do passado, a velha questão das permanências, a exigir um conhecimento das conjunturas que precederam tais realidades vivas. A reflexão, neste caso, não é um dado meramente aleatório, ele é parte integrante da observação interessada.

Apesar desses reparos, o Brasil do período pós 64 e, sobretudo, pós-regime autoritário, passou a contar com historiadores mais bem preparados e ciosos no manuseio das fontes documentais. Cresceu o número de programas de pós-graduação com avaliações regulares por parte da Capes, e foi expandida as agências de fomento à pesquisa em todos os campos do saber. Com isso, vários equívocos ou simplificações foram devidamente corrigidas para o bem do conhecimento real e efetivo do país. Longe dos intelectuais dos tempos de Vieira Pinto, convencidos de que haviam se apropriado da realidade ao desfilarem certezas em seus diagnósticos de Brasil, predomina presentemente o instigante interesse em reexaminar questões ainda em aberto a desafiar a ciência e a tecnologia. Se isso tudo foi um ganho, saudáveis eram os tempos de homens puros munidos de suas ideologias e utopias num Brasil ingênuo, mas cheio de orgulho de suas carências e possibilidades.

6. Considerações Finais

¹⁷ BENOÎT VERHAEGEN. *Introduction à l'Histoire Immédiate*. Gembloux: Éditions Duculot, 1974.

Os dez anos de atividades do ISEB foram encerrados logo nos primeiros instantes do golpe. A rápida ocupação do prédio situado à rua da Palmeira, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, não deixou dúvidas de que a intenção dos golpistas era o de calar de imediato um órgão que enquanto existiu pensou os destinos do país a partir de uma perspectiva autônoma e soberana. E a sorte de seus quadros atuantes, dentre eles Vieira Pinto, não foi menos dramática, pois os novos detentores do poder os viam como agentes perigosos da subversão nacional e como tal foram caçados.

Mas a semente plantada germinou, apesar de seu crescimento ter sido muito afetado pelo projeto vitorioso implantado a partir do golpe de 64. Com este, o Brasil passou a trilhar celeremente a estrada do desenvolvimento capitalista atrelado ao grande capital, e todas as idéias do nacional desenvolvimentismo e do desenvolvimento auto sustentado, ampla e exaustivamente discutido por intelectuais e políticos, bem como tendo respaldo no jornalismo mais comprometido com as questões da soberania nacional, tudo isso foi reprimido e apagado da memória oficial.

Mas os nomes dos que participaram desse processo interrompido pelo golpe merecem ser lembrados, pois pertencem à memória dos que não se conformam com os rumos que o país conheceu nessas últimas décadas. E quando hoje cinicamente os notáveis homens de negócio e as chamadas autoridades reclamam de mais investimentos em educação e saúde pública, a vontade é de indagar por que, afinal de contas, suas autoridades não pensaram no futuro imediato das novas gerações, hoje entregues à banalidade de uma vida sem sentido?

BIBLIOGRAFIA

ÁLVARO VIEIRA PINTO. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1959;

_____ Consciência e Realidade Nacional. Rio de Janeiro: ISEB, vol. II, 1960;

_____ Ciência e Existência. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1969;

BENOÎT VERHAEGEN. Introduction à l`Histoire Immédiate. Gembloux: Éditions Duculot, 1974;

CAIO NAVARRO DE TOLEDO. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo: Ática, 1977;

DANIEL PÉCAULT. Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990;

MARCOS CÉZAR FREITAS. "Brasil 1954-1964: Sugestões de roteiro a partir da *História das Idéias Educacionais* (Anísio e Vieira Pinto)" in Revista Brasileira de História. São Paulo:ANPUH / Marco Zero, nº 27, p. 177;

MARIA YEDDA LINHARES. "História e Presente" in Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, Ano II, jun / set (4-5), 1963, p. 63;

NELSON WERNECK SODRÉ. História da História Nova. Petrópolis: Vozes, 1986.

RESUMO: Este ensaio trata do filósofo Álvaro Vieira Pinto, que foi catedrático de Filosofia da então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Destituído dessas funções pelo golpe de 64, exilado, manteve-se atento aos problemas brasileiros, sobre os quais tratou em boa parte de sua obra. Neste estudo faz-se referência às idéias de Vieira Pinto, como a da revolução das massas, e seu relacionamento com outros intelectuais que viveram intensamente o período anterior a 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Vieira Pinto, revolução das massas, golpe de 1964.

* O autor é doutor em História pela Universidade de São Paulo e professor Adjunto (aposentado) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.